

Livros escolares à educação primária homogênea (Rio Grande do Norte, Século XIX)

Textbooks to homogeneous elementary education (Rio Grande do Norte, 19st century)

Libros para la educación primaria homogénea (Rio Grande do Norte, Siglo XIX)

MARTA MARIA DE ARAÚJO¹

FRANSELMA FERNANDES DE FIGUEIRÊDO²

Resumo

No século XIX, as mensagens dos presidentes da Província do Rio Grande do Norte e os relatórios dos diretores-gerais da Instrução Pública, principalmente (corpus documental do trabalho) revelam uma sistemática aquisição de livros escolares destinados à educação primária. Centrado no século XIX no Rio Grande do Norte e na cidade de Caicó, o trabalho tem o objetivo de refletir acerca da uniformidade formativa do aluno da educação primária, propiciada pela admissão do livro escolar impresso, reconhecido nacionalmente. Para análise do corpus documental, utilizamos o entendimento de Choppin (2004), ou seja, o livro escolar considerado objeto cultural, situado na interseção de regras do poder político, da pedagogia, da produção editorial e sociedade da escolarização. Em termos de conclusões, as autoridades políticas e educacionais do Rio Grande do Norte estavam plenamente convencidas de que a obrigatoriedade do livro escolar impresso, reconhecido nacionalmente, uniformizava não somente a educação pública, mas, necessariamente, ordenava uma uniformidade formativa do aluno da educação primária.

Palavras-chave: Livros escolares. Século XIX. Rio Grande do Norte. Caicó.

¹ Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, com estágio de pós-doutorado na temática da História das Ideias Contemporâneas pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: martaujo@uol.com.br

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora da Universidade Federal Rural do Semi-Árido. E-mail: franselmfigueiredo@hotmail.com.

Abstract:

In the 19st century, the messages of the presidents of the Province of Rio Grande do Norte and the reports of the directors-general of Public Instruction, mainly (documentary corpus of this work) reveals a systematic acquisition of textbooks for elementary education. Centered in the 19st century in Rio Grande do Norte and in the city of Caicó, the work aims to reflect on the formation uniformity of the pupil of elementary education, fostered by the admission of the printed textbook, nationally recognized. For analysis of the documentary corpus, we use the understanding of Choppin (2004), i.e., the textbook considered cultural object, located at the intersection of rules of political power, pedagogy, editorial production and society of schooling. In terms of findings, the political and educational authorities in Rio Grande do Norte were fully satisfied that the requirement of the printed textbook, nationally recognized, standardised not only the public education, but, necessarily, ordered a formative uniformity of the elementary education student.

Keywords: School printed textbook. 19st century. Rio Grande do Norte. Caicó.

Resumen:

En el siglo XIX, los mensajes de los presidentes de la Provincia del Rio Grande do Norte y los informes de la Administración General de Instrucción Pública, principalmente (corpus documental del trabajo) revelan una adquisición sistemática de libros de texto para la enseñanza primaria. Centrado en el siglo XIX, en Rio Grande do Norte y la ciudad de Caicó, el trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre la uniformidad formativa del estudiante de la enseñanza primaria provocada por la admisión del libro de texto impreso, reconocido a nivel nacional. Para el análisis del corpus documental, utilizamos el entendimiento de Choppin (2004) del libro de texto como un objeto cultural ubicado en la intersección de las reglas del poder político, la pedagogía, la producción editorial y de la sociedad de la escolarización. En términos a las conclusiones, las autoridades políticas y educativas en Rio Grande do Norte se mostraron plenamente convencidas con el requisito del libro de texto impreso, reconocido a nivel nacional, uniformaba non sólo la educación pública, pero, necesariamente, arreglaba una uniformidad formativa del estudiante de la enseñanza primaria.

Palabras-clave: Libros escolares. El siglo XIX. Rio Grande do Norte. Caicó.

Recebido em: setembro de 2015

Aprovado para publicação em: dezembro de 2015

No século XIX, na Província do Rio Grande do Norte, os dirigentes políticos em consonância com as matrizes pedagógicas reformadoras, discutiam sobre a uniformidade formativa do aluno da educação primária, que, de um lado, sucederia pelas leituras e exercícios dos livros escolares deliberadamente recomendados; de outro, pelo trabalho didático do professor e da professora orientado pelo livro escolar. Nesse sentido, livro escolar para leitura, primordialmente, à aquisição do abecedário e de palavras comuns; do desenvolvimento da linguagem oral, da linguagem escrita e da língua nacional em conformidade com as normas gramaticais; da apropriação de condutas aceitas, hábitos corretos e sentimentos morais, pátrios e devocionais estimulados. Livro escolar para leitura silenciosa (bem menos) e a leitura em voz alta (bem mais) para adquirir uma boa pronúncia e entender o que se lê aquilo que, progressivamente, complexificava-se, ante a diversidade derivada da função familiar de ensinar e de educar. Ademais, livros escolares para impulsionar as sociabilidades leitoras. Centrado no século XIX no Rio Grande do Norte e na cidade de Caicó, o trabalho tem o objetivo de refletir acerca da uniformidade formativa do aluno da educação primária, propiciada pela admissão do livro escolar impresso, reconhecido nacionalmente.

Para análise do corpus documental (mensagens dos presidentes da Província, os relatórios dos diretores-gerais da Instrução Pública e os orçamentos de despesas provinciais) pertinente ao século XIX, século da constituição dos Estados nacionais, da organização dos sistemas educativos nacionais, da crescente circulação do livro escolar utilizamos o entendimento de Choppin (2004, p. 553), de o livro escolar considerado objeto cultural, situado na interseção de regras do poder político, pedagogia, da produção editorial e da sociedade da escolarização, constituir-se “[...] um dos vetores essenciais [de afirmação] da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes”. Por conseguinte, teoriza Choppin (2004, p. 561), a circulação e a admissão do livro escolar na sala de aula para alunos e professores estão associados “[...] com as regras que o poder político, ou religioso, impõe aos diversos agentes do sistema educativo, quer seja no domínio político, econômico, linguístico, editorial, pedagógico ou financeiro”.

Antes, o domínio da leitura

Em 15 de outubro de 1827, o Imperador Dom Pedro I sancionou a Lei Imperial que organizava, nacionalmente, a escolarização primária no Brasil. Esse texto legal já continha a indicação de um “plano de estudo” diversificado, no qual constavam oito matérias, além de

prendas que servem à economia doméstica para as meninas. Passados sete anos da aprovação dessa Lei Imperial, a Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834, autorizou adições à Constituição de 1824, como Ato Adicional, entre as quais, estava a escolarização primária e secundária, que foi matéria legislativa das Assembleias provinciais.

Com base em tal prerrogativa constitucional, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte aprovou a Resolução nº 27, de 5 de novembro de 1836, que regulamentava os Estatutos para todas as aulas de primeiras letras da Província. A uniformização da escolarização primária derivaria, particularmente, do “plano de estudo” que fazia parte da Lei Imperial de 15 de outubro de 1827. Em decorrência da Lei de 1827, na cidade de Caicó, foi criada uma escola de primeiras letras para o sexo masculino (Lei de 14 de setembro de 1833) e, posteriormente, com a decretação do Ato Adicional de 1834 (Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834), uma escola de primeiras letras para o sexo feminino (Lei nº 478, de 13 de abril de 1860).

Todavia, no ano de 1845, o presidente do Rio Grande do Norte, Dr. Casimiro José de Moraes Sarmiento (1845-1847), reclamou por uma reforma da educação escolar em nível primário, em face da necessidade pedagógica de uma uniformidade proporcional à capacidade mental e física do aluno. Por sua vez, proclamou a escola como instância declaradamente capacitada para a veiculação do livro escolar impresso de padrão homogêneo, nacionalmente.

Com posições distintas sobre política, crença, sociedade moderna, os dirigentes provinciais absolutamente concordavam com essa matriz pedagógica reformadora que, a princípio, regulava, de uma só vez, o tempo das lições, a simultaneidade e a metodicidade que subscreviam a educação primária moderna. Acima de tudo, o livro escolar impresso (re)modelava os costumes da infância social e guiava o roteiro do trabalho do professor, contrariamente à monotonia e à inércia. Como parecia ser naqueles anos pós-independência do Brasil, a materialidade do livro escolar como descreve Choppin

O livro de classe veicula, de maneira mais ou menos sutil, mais ou menos implícita, um sistema de valores morais, religiosos, políticos, uma ideologia que conduz ao grupo social de que ele é a emanção: participa, assim, estreitamente do processo de socialização, de aculturação (até mesmo de doutrinação) da juventude (CHOPPIN, 2002, p. 14).

No decorrer do século XIX, no Rio Grande do Norte e, particularmente, em Caicó, a educação em nível primário teria a referência daquela matriz pedagógica reformadora, como também da cosmovisão do livro escolar como veículo de socialização de saberes uniformizados.

A primeira educação, para iniciar a infância social no aprendizado gradual e simultâneo da leitura, da escrita caligráfica, de cálculos aritméticos, da doutrina cristã católica, da história e da educação moral e cívica dirigia-se para reformar aprendizagens, comportamentos, atitudes, mentalidades e inteligências. Apesar da grande precariedade das casas de funcionamento das aulas ou escolas públicas, alguns materiais faziam-se indispensáveis, ao lado de algum texto manuscrito, carta de ABC, cartas, caderno de folha de papel pautado cortado e costurado, lápis, borracha, mata-borrão e, por vezes, uma pequena lousa.

Em 1849, o presidente Benvenuto Augusto de Magalhães Taques (1849) acrescentaria a essa matriz pedagógica a essencialidade da ciência da pedagogia e, ainda, mais livros escolares para ensino e estudos. Assim, no ano de 1850, esse presidente consignou, no orçamento provincial, a importância de 300\$000 réis para a compra de livros escolares e utensílios estritamente necessários às aulas em nível primário, sem menção dos títulos.

Em alguma medida, ao efetuar a destinação dessa quantia para a compra de livros escolares e utensílios, necessários às aulas primárias, o presidente Benvenuto Taques, a um só tempo, postulava regular a uniformidade, a simultaneidade, a metodicidade e a materialidade da escola moderna. Porém, as sucessivas secas, epidemias, fome e indigências que assolavam as famílias sertanejas obrigavam, necessariamente, os governantes a reverter grande parte dos recursos para a caridade pública (alimentos, remédios, roupas) e frentes de trabalhos.

Os livros escolares comprados – mais ou menos comuns – seguia, primeiramente, a rota da escola pública dos núcleos urbanos maiores, como Caicó. Numa província onde a maioria da população residia nos sítios, uma parte das crianças campestres exercitava, sobretudo, a leitura no recinto das escolas domésticas mistas, apoiada em folhas de papel soltas, cartas – bem ou mal escritas –, recortes de jornais, trechos da Sagrada Escritura e almanaques diversos.

Não podemos dizer, portanto, que os pais de família, moradores de Caicó e de seus arredores não tivessem uma sensibilidade para com a educação escolar de seus filhos. Não era a escola que ensinava o menino, sobretudo, a ler, a escrever (minimamente), cálculos aritméticos e um conjunto de preceitos morais e religiosos? O comum era que, em face da insuficiência das escolas públicas, pais de família “abrissem” uma escola particular, como elucida o relato do memorável Juvenal Lamartine de Faria:

No velho sertão do meu tempo, o ensino primário era em geral, ministrado por mestres-escolas, contratados pelos fazendeiros, uma vez que, além de as escolas oficiais serem em números insuficientes e sediadas nas vilas e cidades, a grande distância das residências dos fazendeiros, tornava-se impossível alfabetizar *as crianças em idade escolar* [em derredor dos 7 para os 8 anos ou mais cedo] sem o concurso dos mestres-escolas que faziam da profissão de professores, o seu ganha-pão. Esses mestres-escolas eram contratados pelos fazendeiros para ensinar, durante três ou quatro meses por ano, a dois mil réis (2\$00) por mês e por aluno, tendo mais, casa e comida e se recomendavam, quase todos, pelo excessivo rigor, nos castigos corporais infligidos aos alunos (FARIA, 1996, p. 37, grifo nosso).

Outra modalidade de escolarização da criança é ilustrada no relato de Artéfio Bezerra da Cunha, nascido no ano de 1888, que foi, juntamente com seus irmãos, “desasnado” pela mãe, no ambiente doméstico, com o apoio de alguns poucos livros escolares:

Sinhá, mulher ativa e de projeção para a educação doméstica de seus filhos, [...] com a rigidez de seu interesse, colocou a *Carta de ABC* na mão de cada filhinho, que aprendeu até com facilidade as primeiras letras cada um, nos cadernos, cartas e tabuadas de Laudelino Rocha, compradas numa das primeiras livrarias instaladas à época, em Recife. Depois dos meninos bem orientados no $b + a = ba$, já soletrando nomes e contando até 100, Dona Sinhá matricula os dois na escola do professor José Paulino; depois de um ano, mais ou menos, Pacatônio de acordo com a esposa, envia o menino mais velho, Antônio, para o Acari [...] em direção de um tio, Francisco Bezerra [...] [que frequentou] a escola do maior mestre da vila, o professor Tomaz Sebastião. O menino Artéfio, porém, fica transferido para a escola do professor Ezequiel Lucena, porque o mestre José Paulino fora nomeado escrivão do 1º Cartório em Serra Negra e deixara de ensinar (CUNHA, 1971, p. 30).

As costumeiras e duradoras Cartas de ABC, que serviriam para ensinar a ler, na década de 1880, a Juvenal Lamartine, a Artéfio Bezerra da Cunha e a muitas outras crianças em Caicó, continham, usualmente, o abecedário, sílabas, palavras e pequenas frases com conteúdo religioso e moralizante.

Ora, se a educação escolar em nível primário se destinava à primeira tarefa educativa de reformar homoganeamente aprendizagens, comportamentos atitudes, mentalidades, inteligências, a época reclamava pela indispensável aquisição das habilidades de ler de

maneiras diversas, de escrever extensivamente segundo a norma culta da língua portuguesa, de falar corretamente com proveito para o desenvolvimento de hábitos consentâneos aos costumes dignificantes e aos sentimentos cívicos, morais e religiosos nobres. O questionamento, a seguir, é bastante pertinente: Em que se deve basear a transmissão desses ensinamentos se o trabalho do professor continuava vencido pelo espírito da monotonia e da inércia?

Leitura, escrita à parte

Em 1858, o Diretor da Instrução Pública José Moreira Brandão Castelo Branco anunciava os títulos dos livros escolares adquiridos, de certo padrão comum, para a uniformidade de aprendizagens, hábitos e sentimentos à altura da civilização moderna, sem desconhecer o mérito de outros igualmente apreciáveis em circulação pelo Brasil, recomendados pelo Ministro dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Produzir uma uniformidade do conhecimento das verdades, de sentimentos, de condutas morais e sociais virtuosas correspondeu, progressivamente, à chegada às mãos do aluno principalmente pobre, dos livros escolares juntamente com papel para escrever, tinta para a caneta de escrita e outros objetos; para isso, foi votada a quantia de 400\$000 réis. Os livros eram os seguintes:

O catecismo histórico do Padre Claude Fluery [traduzido em 1843 pelo diretor das escolas primárias da Corte, Joaquim José de Silveira].
O catecismo do Padre Muller.
Harmonias de criação pelo Dr. Caetano Lopes de Moura.
O curso de estudos elementares publicado por Camillo Trinoeq
(RELATÓRIO DO DIRETOR GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA..., 1858, p. 47).

A perenidade da unidade moral, religiosa e social da nação estava, assim, condicionada à uniformidade da educação escolar pública, que seria encorajada pela utilidade comum da leitura do livro escolar e, através dele, pelos exercícios de escrita. Não por acaso, coincidiam muitos dos títulos. Os historiadores da educação, Galvão (2009), Tambara (2002) e Teixeira e Schueler (2009), ao indicarem os títulos de livros escolares adotados em Pernambuco (primordialmente, na década de 1840), no Rio Grande do Sul (especialmente na década de 1850) e na cidade do Rio de Janeiro (por volta da segunda metade dos oitocentos)

fazem referência a títulos também adotados nas salas de aula primárias de Caicó, entre outras cidades: *Catecismo histórico do Padre Claude Fluery* e *Harmonias de criação pelo Dr. Caetano Lopes de Moura* (exceto este em Pernambuco).

Conforme Tambara (2002, p. 40, grifo do autor): “O manual de caráter mais religioso muito utilizado nas escolas primárias no Brasil foi o *Catecismo histórico* do padre e escritor francês Claude Fluery publicado pela primeira vez na França em 1679.” Esse catecismo e outros similares, geralmente, continham lições de ensinamentos sobre os princípios do cristianismo, preceitos básicos da religião católica e máximas morais que deveriam ser memorizadas, praticadas. Para Galvão (2005), tais catecismos deveriam ser lidos e memorizados pelos alunos, pelos professores e, ainda, pelas mães.

Até a década de 1850, pelo menos, existia uma multicomposição na produção do livro escolar. Segundo Tambara (2002), houve livros cuja primeira edição foi feita no Brasil; a seguinte, na França; e a terceira, em Portugal. Outras vezes, a impressão era feita na França e a encadernação no Brasil. Acima de tudo, a tecnologia da época proporcionava a transição da leitura variada em folhas soltas de cartas, jornais, papéis e almanaques, para a leitura do texto escrito impresso, mais ou menos uniforme, do qual se apropriava, pouco a pouco, direta ou indiretamente, a criança em idade escolar.

Ora, a própria ideia de escola moderna trazia implícita uma concepção de cultura urbana, cujo alicerce era, acima de tudo, a cultura da escrita imersa na cultura da oralidade incentivada pelas leituras dos livros escolares e destes para outros livros, manuais e romances de cunho religioso e laico. Entre essa concepção de escola moderna e a prática social, a demanda da leitura prevalecia sobre a demanda da escrita, como mostra Magda Soares:

Historicamente, a demanda de leitura foi sempre maior que a demanda de escrita: poucos dominavam a tecnologia da escrita, poucos tinham condições e possibilidades de escrever, sobretudo poucos tinham necessidade de escrever. A situação era diferente com relação à leitura: muitos precisavam ou desejavam ler, por razões religiosas – a necessidade e o desejo de ler a Bíblia foi um dos grandes motores da aprendizagem da leitura na história da alfabetização – ou por razões comerciais e mesmo por motivação para ler folhetins, romances populares (SOARES, 2005, p. 247).

As deliberações das autoridades políticas corroboravam as determinações que governavam a leitura escolar? Sem dúvida. Assim sendo, para o ano letivo de 1860, o presidente João José de Oliveira Junqueira (1859-1860) autorizou, para uso em todas as salas de aula públicas, a distribuição de 400 exemplares do livro intitulado *Íris clássico*, da autoria do Conselheiro José Feliciano de Castilho, livro que também era adotado na Bahia, em Pernambuco, no município da Corte e, logo depois, conforme Xavier (2007), em Mato Grosso. Pelo visto, as autoridades estavam convictas de que as leituras comuns de livros escolares adotados nacionalmente reverteriam em apropriados aproveitamentos educacionais por parte de mestres e discípulos. Observemos o fragmento abaixo:

[...] fora ele [*Íris clássico*] adotado para as aulas públicas da Bahia, Pernambuco e outras províncias, mandei buscar sob proposta do Dr. Diretor Geral de Estudos, 400 exemplares desse livro, que assim ficou adotado também para as aulas desta província. Já chegaram, e foram distribuídos esses exemplares (RELATÓRIO COM QUE O EXMO. SR. DR. JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA JUNQUEIRA..., 1860, s.n., grifo nosso).

Sem dúvida, tinha-se, até então, descuidado da ciência da pedagogia dos professores primários – a didática escolar. O século XIX, evolucionista, reclamava de certa homogeneidade do ato de ensinar e de aprender. É provável que esse sentimento tenha levado o presidente Luís Barbosa da Silva (1866-1867) – pelo relatório do Diretor Interino da Instrução Pública (1867) – a adquirir 60 exemplares do livro *Curso prático de pedagogia destinado aos alunos-mestres das escolas normais primárias*, redigido por Mr. Daligault, diretor de Escola Normal na França. A leitura desse livro prático de pedagogia, em uso nas escolas normais de Salvador (Bahia) e Florianópolis (Santa Catarina), levaria os professores primário a interiorizar um procedimento didático em disseminação, tendo em vista que, no Rio Grande do Norte, ainda não havia sido criada a Escola Normal, conforme o trabalho de Araújo, Aquino e Lima (2008).

A homogeneidade do ato de ensinar e aprender dependeria, indiscutivelmente, da aquisição e utilização dos livros escolares, distribuídos pelos governantes da província. É evidente a procura por uma uniformidade escolar e formativa dos alunos por meio da leitura dos livros reconhecidos nacionalmente. Ocorre que, entre os diversos cantos da Província, existiam dissonâncias concernentes à natureza física, ao trabalho na lavoura pela mão infantil, à posição de cada um na teia do social, com suas desigualdades, seus desajustes, injustiças,

preconceitos. Isso é o que pode explicar, parcialmente, a subestimação da escolarização primária da criança camponesa, por parte dos governantes, mesmo com seu reconhecimento dos benefícios da educação escolar contra os malefícios da ignorância generalizada.

A escola primária era, pois, tida e havida como instância das primeiras aproximações do aluno com as lições da cultura dominante e, ainda, como reguladora da atitude leitora – o que ler, quanto ler, como ler, para que ler. Nesses anos, aqui, alhures e em Portugal, as autoridades políticas tinham a absoluta convicção do alcance cultural da leitura regrada pelo livro recomendado.

Muito mais do que escolarizar a criança e o jovem pela leitura e, menos, pela escrita, a atitude leitora das camadas majoritárias da população em idade escolar era tarefa educativa que irradiava das nações desenvolvidas. No Rio Grande do Norte, parece que: o livro impresso obrigava os dirigentes a abrir escolas primárias, a trazer os meninos para a escola. Especialmente na cidade de Caicó, alguns pais organizavam salas de aulas, em sua casa de fazenda ou da “rua”, para fazerem também ingressar as meninas na leitura de livros escolares reconhecido nacionalmente. Esse alargamento da escolarização é, pois, notório, justamente nessa inevitável situação social em ascensão no governo do presidente Gustavo Adolfo de Sá (1867-1868). No governo do presidente Adolfo de Sá (1868, p. 11, grifo nosso) ele já anunciou “[...] que fez vir da Bahia *várias obras disciplinares*, aprovadas ali pelo conselho superior de estudos, para serem, como logo o foram, *distribuídas aos alunos pobres*.”

Nas escolas de Caicó, a despeito da pobreza de muitos alunos, das precárias salas de aula masculinas e femininas (nas casas de aulas públicas, as crianças permaneciam por seis horas sentadas em duros bancos, sem encosto, apertadas umas contra as outras) e da distante articulação entre uma escola e outra, as lições, pela leitura dos livros escolares, evidenciam alguma uniformidade, nomeadamente com a seleção das lições, previamente realizada.

Naquela altura do século XIX, muito do que se refletia acerca da infância social, em relação aos deveres a cumprir e aos direitos a exercer na fase adulta, dependia, essencialmente, da eficácia das lições dos livros escolares – objetos culturais pelos quais a criança estudaria durante todo o período letivo. Aliás, a meta dos governantes era atingir certa homogeneização da escolarização primária nos núcleos urbanos maiores, o que, necessariamente, se subordinava à existência de mais livros escolares nas mãos e sob as vistas da criança e do professor. Por essa razão e por outras análogas, era necessário ampliar a habilidade leitora de cada aluno, para capacitá-lo a uma linguagem comum, a uma linguagem socialmente aceita, em conformidade com os progressos civilizatórios do século, e, acima de tudo, para cada aluno saber ler o texto impresso, que socializava leituras comuns.

A distribuição ampliada e equitativa dos livros escolares impressos – que levaria para o aluno e a aluna de Caicó e de outras municipalidades a uma bem dirigida socialização das leituras pelos textos eleitos – constituiu prioridade nos governos do Dr. Delfino Augusto Cavalcanti de Albuquerque (1871-1872) e do Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho (1873-1875). O Relatório da Instrução Pública elaborado, no ano de 1874, pelo Dr. Francisco Gomes da Silva declarava que, durante esses governos, tinham sido fornecidos, para as escolas públicas de toda a província, 4.881 livros escolares, de 15 títulos diferentes dos já até então adotados. Com títulos e quantidades, foram divulgados pelo Diretor-Geral da Instrução Pública.

Resumo da Gramática Portuguesa para uso nas escolas de primeiras letras por José Alexandre Passos	100 exemplares
Geografia do Brasil por Constantino do Amaral	100 exemplares
Lições de Corographia do Brasil pelo Dr. Joaquim Manuel de Macêdo	18 exemplares
Compêndio de Aritmética por Philogonio Avelino Jucundiano de Araújo	100 exemplares
Opúsculo Moral Religiosa de Ambrozio Rendu	700 exemplares
Resumo de História Bíblica pelo Ex. Bispo do Pará [D. Antonio de Macedo Costa]	50 exemplares
Catecismo da Doutrina Cristã	1.000 exemplares
Primeiro, Segundo e Terceiro livros de leituras pelo Dr. Abílio Cezar Borges	400 exemplares
Gramática da língua portuguesa	300 exemplares
Gramática da língua francesa	100 exemplares
Tesouro das Meninas de Leprince de Beaumont	13 exemplares
Tabuadas e Abecedários	2.000 exemplares

(RELATÓRIO DO DIRETOR GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA..., 1874, p. 11).

A imersão da leitura na escrita

A década de 1870 despontou como um período em que a educação em nível primário já não podia ser de natureza rudimentar – diga-se – predominantemente alicerçada na leitura. A vida moderna exigia da criança e do jovem aluno um repertório de matérias de estudo variadas e certo domínio da linguagem escrita na norma culta. Sob tal prisma, constatou-se na pesquisa, que, nos Estados do Amazonas, de Pernambuco, do Rio Grande do Sul e do Rio Grande do Norte, houve uma renovação das matérias de estudo, com a introdução de livros escolares de gramática da língua portuguesa e da francesa, além de livros de geografia e de história, os quais serviam de contraponto à hegemonia dos catecismos e compêndios católicos.

Ademais, de muitos dos livros escolares produzidos no Brasil, de acordo com os contratos firmados entre autor e editor, certa quantidade estava geralmente destinada à distribuição gratuita. Esse foi o caso, por exemplo, do acordo firmado na cidade do Rio de Janeiro, em 1873, entre o autor de *Lições de corographia do Brasil*, Joaquim Manuel de Macedo, e o editor-livreiro Baptiste Louis Garnier. Os termos do contrato foram assim redigidos:

1. O Dr. Joaquim Manuel de Macedo cede a B.L. Garnier sua obra intitulada *Lições de corographia do Brasil* mediante as seguintes condições.
2. B.L. Garnier retribuirá ao autor a quantia de quinhentos réis (500) por cada exemplar da dita obra, pagáveis no ato de expor à venda cada edição.
3. A primeira edição será de três mil exemplares, e as seguintes do número de exemplares que o editor julgar conveniente.
4. O autor não poderá publicar outra obra sobre o mesmo assunto.
5. E por terem assim convencionado, passarão dois contratos de igual teor, por cujo cumprimento obrigam-se, para si e seus bens, bem como por seus herdeiros e sucessores, cujos contratos entre si trocarão depois de assinados.

Em adendo: *Ficou entendido que desta primeira edição se imprimirão mais cem (100) exemplares para serem distribuídos gratuitamente e sem indenização do autor.*

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1873 (MACEDO; GARNIER, 1873, 1998, p. 90, grifo do contrato).

Considerando-se a distância que separa o Rio de Janeiro do Rio Grande do Norte e examinando-se o Relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública do Estado do Rio Grande do Norte (1874), observou-se que, no ano da publicação de *Lições de corographia do Brasil* (1873) e da quinta edição de *Catecismo da doutrina cristã* (1873), já haviam sido distribuídos às escolas primárias das principais cidades norte-rio-grandenses, respectivamente, 18 e 1000 exemplares. A respeito da brevidade da distribuição e da circulação do livro escolar nacionalmente, Lajolo e Zilberman (1998, p. 91) destacam que a profissionalização, no mercado de livros, primeiramente se firmou no universo dos livros escolares, “[...] onde o retorno do investimento financeiro se assegurava pela importância que o livro didático desfrutava na paisagem da educação brasileira [...]”.

Nas décadas de 1840 e 1850, o livro escolar principia seu exercício didático e disciplinar nas salas de aulas de todo o Brasil. Ao professor, primeiramente destinou-se o

livro escolar para transmitir lições comuns a seus alunos. Conforme Bittencourt (2004, p. 438), teria sido na segunda metade dos oitocentos que o livro escolar começou a deixar de ser “[...] um material de uso exclusivo do professor, que transcrevia ou ditava partes do livro nas aulas [...]” para ir diretamente às mãos dos alunos.

Por um lado, inúmeras foram as iniciativas dos autores e editores; por outro, urgentes foram as diretrizes oficiais nessa direção. Na tessitura de uma rede complexa de inter-relacionamentos – em favor de títulos específicos de livros –, imediatamente sobressaem, segundo Teixeira e Schueler (2009), autores, autoridades políticas, autoridades eclesiásticas, editores, livreiros, articulistas de jornais de circulação nacional e, muitas vezes, alguns renomados diretores de escolas particulares.

Inegavelmente, a uniformização cultural dependia dos conteúdos ensinados, constantes nos livros escolares, que tentavam corrigir o atraso da educação escolar. Há, pois, que se reforçar que todos os que compõem aquela rede complexa de inter-relacionamentos “dão-se as mãos” no intento da familiaridade da criança com a leitura e o estudo do livro escolar, incluindo os tratados de boas virtudes e de boas maneiras, como *Tesouro dos meninos*, *Tesouro das meninas*, *Reflexões às minhas alunas*, *Opúsculo de moral religiosa*.

Aprender a ler bem e a escrever corretamente passou a ocorrer entre padrão da soletração antiga, com base no tradicional abecedário e em materiais manuscritos. O padrão da soletração moderna tinha o apoio de cartilhas e livros de leitura. Mas como observar, pela história da leitura escolar no Rio Grande do Norte e em Caicó, essa passagem dos materiais manuscritos para as cartilhas e os livros impressos de leitura?

Com base nas teorizações de Chartier (1999), é possível evocar, pelo menos, duas explicações e constatações. A primeira é que, graças à modernização técnica da confecção do livro e do impresso em geral, houve uma redução nos custos e, conseqüentemente, ele passou a ser confeccionado em função do modo de leitura a que era destinado – por exemplo, os catecismos. A segunda explicação e constatação se reporta à leitura potencializada pelo texto do livro escolar, que orientava a linguagem escrita.

Evidentemente, muitos fatos colaboram para haver essa passagem, gradualmente. Num exame atento da documentação analisada, chamam a atenção os anos de 1873 e 1874 por terem ocorrido durante eles os primeiros ensaios da alternância do padrão do aprender a ler. De fato, nesses anos, chegava às mãos de professores e de muitos dos alunos do Brasil – também do Rio Grande do Norte e de Caicó – a série *Primeiro livro de leitura* (1860), *Segundo livro de leitura* (1866 e 1869) e *Terceiro livro de leitura* (1872 e 1890), de autoria do

educador Abílio Cezar Borges (Barão de Macahubas), que foram editados – como mostram Tambara (2003) e Bittencourt (2004) – no Brasil pela Livraria de Francisco Alves e, em Paris, pela Editora Aillaud, Guillard.

Uma parte dessa série foi distribuída, gratuitamente, por Abílio Cezar Borges, às escolas primárias, ao longo do Brasil, gesto amplamente reconhecido nos meios políticos e culturais. Em razão de seu empenho pela educação escolar e pelo trabalho de renovação pedagógica (Diretor da Instrução Pública na Bahia, proprietário de colégios em Salvador, Rio de Janeiro e Barbacena-MG), Abílio Cezar Borges foi agraciado – de acordo com os trabalhos de Saviani (2000) e Bittencourt (2004) – pelo Imperador Dom Pedro II, com o nobre título de Barão de Macahubas.

Desde então, a partir das salas de aula dos centros urbanos maiores, como a cidade de Caicó, convinha conduzir a criança e o jovem aluno ao exercício assíduo da leitura e da escrita, apoiado em cartilhas e livros inovadores bem como na gramática da língua portuguesa. Atentos à dinâmica técnico-pedagógica educacional, os dirigentes políticos harmonizavam-se nesse esforço de levar o livro escolar às mãos dos alunos, para o proveito de suas leituras úteis e virtuosas e da escrita correta, malgrado os inúmeros problemas rotineiros de cada cidade, vila ou povoado, de ordem humana, física, social. O relatório qualitativo e quantitativo do presidente José Bernardo Galvão Alcoforado Junior (1875 -1876) é, desse ponto de vista, esclarecedor:

A contar de agosto de 1873 até esta data têm sido distribuídos com as escolas da província 9.203 exemplares de livros apropriados ao ensino, dos quais foram em diferentes ocasiões por mim oferecidos 5.113. Também fiz o donativo de 1.000 exemplares de *traslados caligráficos* e ultimamente o de 23 exemplares do *Catecismo de agricultura* do Dr. Antonio de Castro Lopes. No número de exemplares fornecidos estão incluídos 800 da preciosa obrinha ‘*Conselhos as minhas alunas*’ pela distinta professora desta capital, D. Isabel Gondim.

[...]

Pendem também de execução os projetos de casas para escola e *biblioteca* na Vila de Canguaretama e da *Cidade do Príncipe* [Caicó], tendo sido agenciados donativos para a realização destes cometimentos da iniciativa particular. Para auxílio da obra que tem de *ser efetuada na Cidade do Príncipe mandei entregar, em data de 22 de agosto do ano passado, a quantia de 1:000\$000 ao Tenente-Coronel José Bernardo de Medeiros, um dos seus promotores* (RELATÓRIO COM QUE AO EXMO. DR. JOSÉ BERNARDO GALVÃO ALCOFORADO JUNIOR..., 1875, p. 29, 30-31, grifo nosso).

Aquele livro *Catecismo de agricultura para uso das escolas da instrução primária do Brasil* já estava adotado em Pernambuco (de autoria de Antonio de Castro Lopes e publicado em 1861), por exemplo, era um livro de leitura que ensinava conhecimentos práticos de agricultura (para os meninos), assim como *Reflexões às minhas alunas* (da Prof.^a Isabel Gondim) ensinava valores morais (para as meninas. De muitas maneiras, um e outro tendem a estimular a aquisição da habilidade de ler corretamente (sem redundâncias próprias da oralidade corrente) e, igualmente, de escrever gramaticalmente correto. Como bem explica Anne-Marie Chartier (1995), ler e escrever são práticas sociais ligadas à linguagem, sendo que a leitura supõe a escrita. Entretanto,

Como as nossas competências em leitura excedem sempre nossas capacidades de escrita – e lê-se mais rapidamente do que se escreve –, a leitura parece corresponder bem ao primeiro dos dois saberes elementares. [...] O ato fundador de uma ‘outra ordem da língua’ não é, logo, a leitura, e sim a escrita [...]. A escrita introduz uma modalidade nova de pensamento, uma ‘razão gráfica’ irredutível à lógica da oralidade (CHARTIER, 1995, p. 40).

Sem dúvida, a inserção do aluno na leitura escolar dirigida representaria, similarmente, o ingresso numa comunidade de leitores, simbolicamente compartilhando sociabilidades, mediante a palavra escrita, e, igualmente, atitudes nacionais ante os locais e provinciais. Mais ainda: do ponto de vista das políticas educativas públicas, os dirigentes esforçavam-se para o alcance do princípio da homogeneização da escolarização primária a partir dos núcleos urbanos maiores, pela materialidade pedagógica intrínseca ao objeto cultural livro escolar. Tanto era que, comparado às províncias do norte do Brasil, aparecia a do Rio Grande do Norte como aquela que relativamente destinava uma quantia razoável de recursos para a instrução pública, assim como para a compra de livros escolares.

Por volta de 1874, os habitantes da província perfaziam mais ou menos 233.979 almas: livres 220.959, e escravas 13.020. Pelo Relatório de 1874, do Diretor-Geral da Instrução Pública, Dr. Francisco Gomes da Silva, a população escolar entre 6 e 15 anos totalizava 43.265 pessoas (21.350 homens e 21.915 mulheres), estando matriculados nas 82 escolas públicas 5.041 alunos, de idades diferentes. Cinquenta e cinco (55) escolas eram frequentadas por meninos e 27 por meninas. Havia, ainda, 26 instituições particulares de turnos diurno e noturno, com 1.041 alunos (23 destinadas para meninos e 3 para meninas), e uma parte considerável estudava em escolas domésticas; porém a maioria da população em

idade escolar, infelizmente, era tida como analfabeta. Mas havia aqueles engajados na ampliação do alfabetismo entre adultos e escravos, principalmente.

Engajado pela concretização de ampliação do número de escolarizados, indistintamente, Manoel Pinheiro do Coração de Maria, professor da Escola de Gramática Latina de Caicó, solenemente instalou, nessa cidade, no dia 2 de fevereiro de 1874, segundo Nobre (1971, p. 68, grifo nosso), uma escola primária gratuita, no horário noturno “[...] *para a classe indigente de meninos adultos e escravos* [...]”, que deve ter funcionado na Matriz da Gloriosa Sant’Ana.

No século XIX, como destaca Hébrard (2004), ocorreu a propagação da cultura do livro e da leitura do livro impresso nas camadas pouco letradas. No Rio Grande do Norte, as autoridades políticas arbitraram em favor desse movimento propagador, desencadeado em grande parte dos países europeus, decidindo pela abertura de bibliotecas populares e públicas.

Nesse sentido, as cidades de Natal, Caicó, Mossoró e São José de Mipibu foram as primeiras a envidar esforços coletivos para a instalação de suas respectivas bibliotecas. Com exceção da de Natal, as demais nasceram da iniciativa de cidadãos beneméritos em defesa da causa da educação, e já reuniam um total de 1.137 livros e opúsculos. Seriam elas que chamariam a população em geral para assimilar o hábito de leitura: subliminarmente incutiam o gosto pela escrita, pelo falar bem. O discurso que o presidente José Nicolau Tolentino de Carvalho (1877-1878) dirigiu à Assembleia Provincial, em 1877, já continha uma apreciação das iniciativas particulares para propagação de bibliotecas populares e, conseqüentemente, do progresso educativo:

A iniciativa particular, concorrendo ativa e eficazmente para seu engrandecimento, procura também levar às diferentes classes sociais os necessários conhecimentos; e inúmeros são os resultados que até hoje se há obtido dessas associações propagadoras do ensino, *bibliotecas populares*, escolas noturnas, *conferências* e muitos outros meios tendentes ao mesmo fim (FALA COM QUE O EXMO.SR. DR. JOSÉ NICOLAU TOLENTINO DE CARVALHO..., 1877, p. 30, grifo nosso).

Por um lado, bibliotecas populares e conferências públicas vinham ao encontro dos fins associativos de impulsionar a leitura não escolar, tida como instrutiva e remediadora do analfabetismo. Por outro, a escola primária diurna (mais) e a noturna (bem menos) consagravam esforços para a disciplina do hábito da leitura de livros escolares reconhecidos

de matriz universalizante. Mas, para o Diretor-Geral da Instrução Pública, Inácio Tavares da Silva, os professores estavam muito mais envolvidos em transmitir as coisas, e menos em praticar os preceitos da moral e da religião católica que algumas leituras ofereciam. Mas, acima de tudo, a escolarização primária já reclamava por reformas mais complexas, considerando o desenvolvimento da inteligência da criança e de habilitações mais complexas:

Formar o homem nas idéias e no sentimento, nas aptidões e nas virtudes, ainda quando essa função se limita a incutir-lhe os germens de tudo isso, é tarefa que demanda habilitações mais complexas do que as imperfeitamente dadas de ordinário nos estabelecimentos de instrução primária (RELATÓRIO DO DR. DIRETOR GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA..., 1879, p. 494).

Ora, para o Diretor-Geral da Instrução Pública Inácio Tavares da Silva, a educação escolar precisava ser reformada, assim como sucedia com todo e qualquer ramo do conhecimento humano. Havia pressa em educar a criança, aprimorando suas habilidades cognitivas, perceptivas, valorativas e motoras. Como se pode observar, as teorias pedagógicas em voga eram matéria de estudo das autoridades educacionais. Na verdade, a proposta de reformar a educação escolar primária vinha sendo debatida nas altas esferas políticas da nação. É tanto que, em 3 de novembro de 1882, o Ministro dos Negócios do Império, Pedro Leão Vellozo, expediu um Aviso, para todos os presidentes de províncias, sugerindo a decretação de algumas medidas profícuas para o progresso da instrução pública. Entre essas medidas, ele determinava às

[...] escolas existentes e as que se criarem [...], quanto for possível, atenderem-se as necessidades provinciais, possuam material técnico correspondente aos métodos pedagógicos de que depende a eficácia do ensino; e que sobre elas se exerçam constante inspeção, a qual importa confiar a pessoas de reconhecida idoneidade (AVISO DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS DO IMPÉRIO..., 1883, p. 26, grifo nosso).

Vinte anos antes, na qualidade de presidente do Rio Grande do Norte, Pedro Leão Vellozo (1861-1863) já chamara a atenção em seu Relatório apresentado à Assembleia Legislativa, em especial aos deputados provinciais (1862, p. 41), para a complexidade de uma reforma educacional, cuja eficácia dependia “[...] da ação do tempo e do concurso simultâneo de muitas outras reformas [...]”. Ademais, plano de tamanha magnitude – a reforma da educação escolar, por estar ligada ao futuro do país – não deveria ser entregue a retalhos aos poderes públicos provinciais.

A ausência de uma rede nacional de ensino primário e, igualmente, de uniformidade dos livros escolares, obstaculizava os esforços políticos pedagógicos de hegemonização da habilidade leitora e da unidade do método simultâneo, o qual consistia em o professor instruir e dirigir simultaneamente todos os alunos, que realizavam os mesmos trabalhos ao mesmo tempo. Posteriormente, observou o Diretor-Geral da Instrução Pública, Manoel Hemetério Rapozo de Mello (1883, p. 8), que o método individual havia “[...] muito condenado pela experiência [...]”, pouco admitia o simultâneo, em face da diversidade dos livros e de suas lições. Em matéria de pedagogia moderna, a deficiência de livros escolares sem uniformidade indicava um imenso desregramento na educação primária provincial.

Por sua vez, as recomendações emanadas das autoridades nacionais e as preconizações teóricas do Dr. Manoel Hemetério Rapozo de Mello sensibilizou ou persuadiu as lideranças políticas e educacionais para o apressamento da abertura de bibliotecas públicas ou populares nas municipalidades. Nesse sentido, na cidade de Caicó, como um ato de fé pela leitura de livros que instruíam, educavam e universalizavam linguagens, por iniciativa do Intendente Olegário Gonçalves de Medeiros Vale (1882-1884; 1885-1887 e 1888-1889) – antes nomeado por ato de 23 de agosto de 1882, do presidente Dr. Francisco de Gouveia Cunha Barreto, para exercer a função de Delegado Escolar de Caicó –, foi inaugurada, no dia 31 de março de 1884, a primeira Biblioteca Pública de Caicó – *Club 20 de Janeiro* – mantida pela Sociedade Literária Santa Cecília, já com um acervo de, pelo menos, 200 livros.

Se o Intendente José Bernardo de Medeiros (1863-1864; 1873-1875) foi um dos promotores desse movimento de propagação da cultura leitora, como antes anotado, o Dr. Antonio de Aladim Araújo (nomeado por ato de 21 de outubro de 1885, do presidente Dr. José Moreira Alves da Silva, para exercer a função de Delegado Escolar de Caicó) inscreve-se entre aqueles que deram continuidade a esse movimento propagador e projeto cultural.

As escolas primárias – templos da infância –, a partir da necessidade das localidades maiores, deveriam adquirir padrões renovados comuns, *pari passu* com as teorias preconizadas pelos mestres da pedagogia. O posterior balanço efetuado pelo Diretor-Geral da Instrução Pública, Antonio de Amorim Garcia (1886, p. 3), indicava que a escolarização da criança estava em estado estacionário: “Não é somente a falta de pessoal idôneo, mas também a de material técnico, que se deve atribuir o atraso em que se acha a instrução primária na província.” De muitas maneiras, a leitura e a escrita demandavam, simultaneamente, uma diversificação de utensílios pedagógicos – livros impressos, lápis, cadernos, lousas, penas, papel almaço, tinta –, que também ordenavam, didaticamente, a vida escolar, individual e coletivamente.

Acima de tudo, pesava sobre esse estado de atraso educacional o não uso pedagógico, pelos professores, do método intuitivo, em aplicação em muitas escolas primárias ao longo do Brasil. Ora, de muitas maneiras fiscalizado e subordinado aos diretores da Instrução Pública, aos delegados escolares, às câmaras municipais, mesmo assim e em alguma medida, o professor primário, a partir das lições dos livros escolares comuns e dos não comuns, tinha sobre ele a tarefa pedagógica de fazer a travessia da infância social para a vida adulta. Desejavam as autoridades educacionais que os professores fossem bem mais afeiçoados à leitura dos livros de pedagogia, para reconhecer que a criança possuía uma individualidade, um ritmo de aprendizagem, uma condição social, uma prontidão para aprender mais uma matéria do que outra e, ainda, para ler e escrever simultaneamente.

Às vésperas da proclamação da República, ocorreria perceptível crescimento da população escolar. Apesar da deficiência dos dados estatísticos, o presidente Dr. José Marcelino da Rosa e Silva (1888-1889) declarou haver, no ano de 1888, 145 escolas públicas, com 4.460 alunos matriculados (85 eram frequentadas por 2.703 meninos e 60 por 1.757 meninas). Nas 9 instituições particulares, havia 143 alunos matriculados (8 eram frequentadas por 72 meninos e 1 por 71 meninas). Nas escolas públicas noturnas, estudavam 564 meninos. Acreditando que a educação primária tinha em si o segredo da prosperidade dos povos modernos, uma parte considerável da população escolar da Província do Rio Grande do Norte continuava estudando em escolas domésticas, e outra parte permanecia tida como analfabeta.

Para esse último presidente da Província, no regime imperial, a escola primária pretendida era aquela em que o mestre garantisse, por seus conhecimentos, sua metodologia ativa ou intuitiva e materiais pedagógicos adequados (como livros escolares comuns), uma profícua aprendizagem por parte de cada discípulo. Ainda que os professores estivessem bem teoricamente habilitados,

[Isso] não é suficiente, desde que se trate de trabalhos de preparação dos alunos. É preciso que, além d'isto, saibam ensinar, saibam transmitir aos alunos com método e prendendo-lhes a atenção, os conhecimentos da matéria que aprendem (FALA LIDA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA..., 1889, p. 9).

Afinal, julgavam os governantes que os alunos necessitavam aprender mais e melhor os conhecimentos culturais ensinados à luz da leitura dos livros escolares comuns, mas cadenciados por um único método – o ativo, ou intuitivo. Acreditavam, demasiadamente, que

a habilidade de ler era o mais notável legado cultural da passagem da criança para a vida social adulta. Incessantemente, a primeira educação escolar das gerações novas entrelaçava-se com o desenvolvimento mental e material de cada povo.

Foi essa percepção educativa que levou o último Diretor da Instrução Pública do regime imperial, Dr. Antonio de Amorim Garcia, a elaborar uma reforma da educação escolar em nível primário, em correspondência com certos fundamentos básicos e consensuais das chamadas pedagogias modernas. A reforma educacional, na interlocução com as pedagogias modernas da época, postulava uma escolarização calcada no método ativo, ou intuitivo, em classes mistas, na obrigatoriedade da presença do aluno na sala de aula e de uma rigorosa uniformidade da leitura de livros escolares, ao lado da escrita. Afirmava esse Diretor da Instrução Pública:

[...] algumas das cadeiras de primeira entrância do sexo masculino vagas ultimamente, tem sido preenchida por professoras, sendo que para atender às necessidades peculiares aos povoados, onde só existe uma escola, passaram logo a ser mistas. Reformada, como se acha a instrução pública provincial parece que se deve aguardar o resultado dessa reforma, em cujo plano predominou o pensamento de acautelar inauferíveis interesses, na esfera da instrução popular (RELATÓRIO DO DIRETOR GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA..., 1889, p. 2).

Atento aos fatos da política imperial, Dr. Antonio Garcia entendia que as reformas educacionais estavam assaz sujeitas aos ditames da evolução dos tempos. Tendo sido anunciado, em Natal, o advento do regime republicano. Os primeiros anos desse regime no Rio Grande do Norte foram absolutamente difíceis: governos provisórios, sucessivas substituições de dirigentes, lutas entre facções do Partido Republicano pela direção política do Estado, hegemonia política da família Albuquerque Maranhão, liderada pelo médico Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Eleito governador, Pedro Velho (1892-1896) dirigiu a organização político-jurídica republicana do Rio Grande do Norte.

A organização político-jurídica republicana do Rio Grande do Norte se iniciou pela educação escolar (primária, secundária e normal), por meio do Regulamento da Instrução Primária e Secundária (aprovado pelo Decreto nº 18, de 30 de setembro 1892), o qual foi formulado pelo então Diretor-Geral da Instrução Pública, Dr. Antonio José de Mello e Souza, um estudioso da educação escolar e das chamadas pedagogias modernas.

Por esse Regulamento da Instrução Primária e Secundária de 1892, escola primária, em conformidade com os padrões de ordem, progresso, regularidade e uniformidade requeridos pelo novo regime republicano, cumpriria um programa de estudos constando de 10 matérias, a saber: Leitura e Escrita (simultaneamente); Gramática Nacional; Aritmética Elementar; Geometria e Desenho Linear (simultaneamente); Lições de Coisas; Noções de Geografia e História do Brasil (simultaneamente); Educação Moral e Cívica (simultaneamente); Elementos de Música (hinos e cantos escolares); Trabalhos Manuais (compreendendo trabalhos de agulha, para o sexo feminino) e Ginástica.

Para conferir homogeneidade à escolarização primária e, por extensão, à unificação da pátria, os professores deveriam lecionar pelos livros, aprovados pelo Conselho Literário, conforme a determinação seguinte:

Não poderão ser adotados nas escolas primárias senão os livros aprovados pela Diretoria Geral. Desses os professores serão livres de escolher os que lhes parecerem melhores. O livro será apenas um guia: ao professor caberá aplicá-lo e desenvolvê-lo, animando o ensino e provocando a inteligência, a iniciativa e o desenvolvimento da individualidade do aluno (REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE..., 1892, p. 226).

Durante o governo de Joaquim Ferreira Chaves Filho (1896-1899), o Conselho Literário, coordenado pelo então Diretor da Instrução Pública Manoel Gomes de Medeiros Dantas aprovou por volta de 13 títulos de livros escolares para emprego nas escolas primárias de todo o Estado, cujo levantamento dos títulos já havia sido iniciado durante o governo Pedro Velho:

Livros de Leitura e escrita (exercícios simultâneos) – Felisberto de Carvalho.
Cartilha Nacional (para ensino simultâneo da leitura e caligrafia) – Hilário de Andrade e Silva Ribeiro.
Gramática Elementar (para estudo da língua nacional) – Hilário de Andrade e Silva Ribeiro.
Exercícios de Numeração (para estudo de aritmética) – Francisco Pinto de Abreu.
Aritmética Primária (para estudo de aritmética) – Antonio Bandeira Trajano.
Desenho Linear – Abílio Cezar Borges.
Geografia (ensino concreto com mapas e murais – Olavo Freire.

Atlas de Geografia – Couturier com tradução de Alfredo Moreira Pinto.

História do Brasil – Joaquim Maria de Lacerda.

Coração (para estudo de educação moral e cívica) –Edmundo de Amicis com tradução de João Ribeiro.

Constituição do Estado do Rio Grande do Norte (para estudo de educação moral e cívica).

Cânticos Escolares (para estudo de música) – Joaquim José de Menezes Vieira.

Tratado elementar da ginástica escolar (para orientação de atividades ginásticas) – Pedro Manoel Borges (INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1896).

No segundo semestre de 1890, o *best-seller* italiano *Cuore* (*Coração*, de autoria de Edmundo de Amicis de 1886, recomendado para a leitura de rapazes de 9 a 13 anos de idade), já havia sido publicado no Jornal *A República* da cidade de Natal (de 16 de agosto, aproximadamente, até 12 de novembro de 1890), como romance de folhetim, com tradução do italiano para português feita por Manuel Dantas, professor de História e Geografia do Atheneu de Natal. Os folhetins eram subordinados ao bom gosto literário de seus leitores. Para isso, *A República* anunciava:

No próximo número começaremos a publicar em folhetim uma verdadeira jóia literária, um primor de sentimento e estilo; um livro que desperta no coração as mais doces e delicadas notas na gama dos afetos humanos: o carinho, o entusiasmo, a abnegação, tudo ali se encontra. É feito para as crianças e chama-se – *Coração* (CORACÃO, 1890, p. 2).

Com o regime republicano e federalista, as leituras de formação educativa, cívica, moral e patriótica do gênero literário de *Coração* atraíram, enormemente, a atenção das elites dirigentes. O menino-aluno Câmara Cascudo leu *Coração*, livro escolar obrigatório. Por suas palavras:

O livro italiano, libro per i ragazzi, mais lido no Brasil, foi ‘Cuore’, de Edmundo de Amicis. [...] Na Itália, ultrapassou o milhão de exemplares e, nas 26 versões estrangeiras, ignoro o número atingido. Oficializado nas escolas brasileiras, *meu livro de classe*, quem não o leu no Brasil alfabetizado de outrora? (CASCUDO, 1972, p. 75, grifo nosso).

Nessa década (1890) e na anterior (1880), os livros escolares tendiam, cada vez mais, à uniformidade, nacionalmente. Os trabalhos de Galvão (2005), sobre a circulação de livros escolares em Pernambuco, de Corrêa (2007) no Amazonas e de Tambara (2008) no Rio Grande do Sul indicam esse fato. Já havia uma hegemonia dos *livros de leitura* de Hilário Ribeiro, seguidos dos de Felisberto de Carvalho. As autoridades do Rio Grande do Norte seguiam mais ou menos as decisões oficiais de Pernambuco, em matéria de educação escolar e de livros escolares adotados – lembrando, com base em Hallewell (1985), que Recife, ao lado de São Luís, eram dois dos notáveis centros impressores do país. Especialmente na avaliação de mérito dos livros de leituras de Hilário Ribeiro pelo Conselho Literário de Pernambuco (1886), podem-se observar os parâmetros da indicação:

[...] excelentes nos exercícios de leitura gradual e preciosismos lições de moral, estão todos eles escritos em estilo fácil e agradável com a necessária clareza [...], desde o primeiro [livro] que contém avantajado método para o ensino simultâneo da leitura e caligrafia até o quarto, que encerra os mais essenciais rudimentos de educação moral e cívica. Atendendo a todos esses predicados e à incontestável utilidade de obras verdadeiramente didáticas ou antes lidas lições que ministram à infância que principia a balbuciar os primeiros rudimentos de leitura [...] (PARECER DO CONSELHO LITERÁRIO apud GALVÃO, 2005, p. 10-11).

O professor Hilário Ribeiro tinha a plena convicção de que os conteúdos ou as lições de seus livros escolares vinham orientados pelas pedagogias modernas, em seus consecutivos progressos teóricos e metodológicos. Logo, os livros escolares eram sempre contemporâneos de uma ciência pedagógica. Assim, afirma esse professor:

Se eu me desvanecesse ante a aceitação que tem tido os meus livros didáticos atualmente adotados em várias províncias, certo não me daria ao trabalho de estudar um novo método de leitura, nem escreveria outros livros que estão no prelo. [...] Entendo que certos livros escolares não podem suportar uma longa existência; eles tem uma duração limitada pela ciência pedagógica que todos os dias progride e apodera-se de novos processos (RIBEIRO, 1884, 1936, p. 5-6).

A prática assídua nos livros escolares de leitura era cada vez mais estimulada pela obrigação das lições diárias, simultaneamente com atividade da escrita, dos exercícios de classe e de casa, das provas orais e escritas. Em face de tudo isso, bem como do intento de

padrões de uniformidade, regularidade e simultaneidade, o Conselho Literário, presidido pelo Diretor-Geral da Instrução Pública Manuel Gomes de Medeiros Dantas, reunido em 25 de fevereiro de 1898 e em 19 de maio de 1900, emitiu parecer favorável no sentido de que fossem adotados, nas escolas primárias do Estado, os seguintes livros escolares:

América – Henrique Maximiano Coelho Neto.
Cartilha Mestra – Samorin Gustavo de Andrade.
Compêndio de Ortografia da Língua Nacional – Antônio Álvares Pereira Coruja.
Explicador de Aritmética – Samorin Gustavo de Andrade.
Segundo e Terceiro Livros de Leitura – Felisberto de Carvalho].
(RELATÓRIO DO DIRETOR GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1899; 1900).

Há evidência de que outros livros escolares foram utilizados em Caicó, entre eles, *O manuscrito. Compêndio dedicado às escolas elementares para estudo de todos os caracteres de letras escritas* (publicado por uma Lithographia de Lisboa, s.d.). Esse compêndio, conseguido pela Prof.^a Marta Araújo, pertenceu a Bernadina Liberalina da Nóbrega, falecida aos cem anos de idade, como está escrito na capa do livro. Ajusta-se muito bem ao “modelo” de livro de leitura manuscrito feito pelo processo litográfico. Assim sendo, Batista e Galvão (2009) o definem como conjugando a leitura formativa e textos para escrita em distintas formas de letras caligráficas. Para esses historiadores da educação, o compêndio – gênero mais comum, à época – reunia sínteses de conhecimentos cívicos, gramaticais, históricos e religiosos. Muitos deles traziam, ainda, atividades de memorização da leitura pelo exercício da escrita.

Há, ainda, evidência, de sucessivo aumento dos títulos mencionados nas listas publicadas pelos Diretores da Instrução Pública. Particularmente em Caicó, alguns livros tiveram longa existência, adotando-se por mais duas décadas do século XX. A Sr.^a Guilhermina da Silva Araújo (Babica), nascida, a 13 de agosto de 1907, na Fazenda Umarizeiro (município de Caicó), foi alfabetizada por sua irmã mais velha, através da Carta de ABC, para, depois, exercitar a leitura e a escrita pela *Cartilha nacional ou o novo método de silabar*, de Hilário Ribeiro. O professor pernambucano Laudelino Rocha indica, no *Segundo livro de leitura para uso da infância brasileira* (1883), que ele foi adaptado para as escolas primárias de Alagoas, Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

A reflexão do livro escolar e por extensão a leitura escolar não pode prescindir de quaisquer anotações de livros e compêndios lidos por estudantes do século XIX. Os historiadores Medeiros Filho e Lamartine de Faria (2001, p. 7), para entender o alicerce cultural da região do Seridó, reconstituíram “[...] volumes esparsos, aqui-acolá encontrados numa ou mais fazendas daqueles tempos. Títulos lembrados por alguns memorialistas e evocados nas conversas dos mais

velhos”. Pela classificação desses historiadores (livros de gaveta, livros de prateleira e livros de oratório), os dicionários, compêndios, gramáticas, manuais e opúsculos geralmente eram guardados em gavetas. Pareceu não surpreenderem os dois títulos localizados ou evocados – *Dicionário da língua portuguesa*, do brasileiro Antônio de Moraes Silva (publicado em Lisboa, em 1789, pela Typographia Lacerdina, por licença da Mesa do Desembargo do Paço) e *Estudo moral e político sobre os Lusíadas*, da autoria do português José Silvestre Ribeiro (publicado em Lisboa, em 1853, pela Imprensa Nacional).

A historiadora Mattos (1985), investigando os fatores que retardaram o desenvolvimento socioeconômico do município de Caicó no período 1850-1890, com base no nível de vida da população, consultou 308 autos de inventários do 1º Cartório de Caicó (160 de homens, 147 de mulheres e um sem especificação). Nos autos do inventário (1860) da maior proprietária de escravos (possuidora de 31 cativos), Isabel Maria da Conceição, constava um dicionário. Já no inventário do Padre Gil Braz de Figueirêdo (proprietário de fazendas, escravos e emprestador de dinheiro), datado de 1878, aparecem arrolados livros de teologia, de filosofia e de medicina.

Nesse século XIX, a leitura escolar, e mesmo a não escolar, certamente mais do que antes, já reclamavam por móveis para guardar os livros e, ainda, por objetos facilitadores da leitura do livro (carteiras, cadeiras, sofás, óculo-de-alcance). No decorrer de nossa pesquisa, identificamos, nos autos do inventário do cônego Manuel José Fernandes, datado de 1859: uma livraria, diga-se biblioteca, no valor de duzentos e cinquenta mil réis (250\$000); duas carteiras escolares; uma cômoda de escrever, com quatro gavetas; uma escrivaninha; uma mesa pequena de escrever; cinco estantes; dois sofás cobertos de sola; uma espreguiçadeira coberta de sola; cinco cadeiras de encosto; e um óculo-de-alcance. Já no inventário do Comandante-Superior da Guarda Nacional Antônio Álvares Mariz, datado de 1860: livros no valor de cento e sessenta e três e setecentos e quarenta mil réis (163\$740); duas carteiras escolares homeopáticas; duas mesinhas; doze cadeiras cobertas de sola; e um óculo-de-alcance. Já no inventário do Capitão Cosme Pereira da Costa, datado de 1866: cinco livros, ditos velhos, no valor de cinco mil réis (5\$000); dez cadernos de papel; giz; e uma mesa com quatro gavetas.

Conclusão

O século XIX foi o século da acepção simbólica da escola como instância que deveria representar, diante do aluno, as conquistas da inteligência humana, da reciprocidade de ideais e costumes dignificantes, da leitura como hábito condigno e da linguagem escrita como sistema de comunicação. Ademais, a unidade moral, religiosa e social dependia, frequentemente da homogeneidade do ensino oficial e do livro escolar, principalmente.

O século XIX, tempo do regime imperial e, depois, do regime republicano e federativo, por conseguinte, tempo de imposição dos padrões de comportamento, considerados aceitáveis, de manifestações de segmentos intelectuais e esclarecidos em defesa da equalização das oportunidades educacionais. Assim sendo, a escola primária enquanto instituição de transmissão de conhecimentos mais ou menos uniformes e de moralização das camadas juvenis, lentamente foi sendo reformada, fundamentalmente nos aspectos consentâneos aos fundamentos pedagógicos, aos programas de ensino, aos materiais didáticos, aos livros escolares.

Nesse século XIX, de expansão da educação primária, as autoridades políticas e educacionais do Brasil e por extensão do Rio Grande do Norte estavam plenamente convencidas de que a obrigatoriedade, mesmo que parcial, do livro escolar impresso reconhecido nacionalmente, uniformizava não somente a educação escolar primária, mas, necessariamente, ordenava uma uniformidade formativa do aluno da educação primária.

Por conseguinte, o livro escolar estimulava apropriações de práticas culturais produtoras de muitas outras práticas essenciais de afirmação da língua pátria e da cultura dominante, justamente pela intencionalidade que governava as lições dos textos escolares. Ademais, cumpriria, as regras do poder político no domínio pedagógico e no domínio do ensinar e do educar.

Como ressalta Choppin (2002, p. 14), o livro escolar com suas regras emanadas do poder político é, pois, estritamente partícipe “[...] do processo de socialização, de aculturação (até mesmo de doutrinação) da juventude”. Para Choppin, o livro escolar é, igualmente, um objeto cultural e pedagógico na medida em que propõe orientações de estudos, métodos e técnicas de ensino e aprendizagens homogeneamente.

Nesse século XIX, a crescente circulação do livro escolar reverter-se-ia, portanto, numa progressiva formação de uma mentalidade mais ou menos compatível com as permanências e as mudanças culturais impostas pelo próprio século, segundo circunstâncias econômicas, sociais, territoriais, e ainda da força da leitura dos textos dos livros escolares impressos – um dos símbolos de soberania nacional.

Nos anos fronteiros do século XIX para o século XX, o livro escolar estava inscrito nas sociabilidades educativas de uma parte, mesmo que razoavelmente pequena das escolas primárias de Caicó. Tendencialmente, podemos conceber a educação primária em Caicó como possuidora de uma certa uniformidade em face dos livros escolares lidos e estudados em sala de aula e em casa pelos alunos, geralmente de condição social pobre.

Referências

- ARAÚJO, Guilhermina da Silva. *Entrevista sobre escolarização primária doméstica*. Caicó, 28 dez. 2004.
- ARAÚJO, Marta Maria de; AQUINO, Luciene Chaves de; LIMA, Thaís Christina Mendes de. Considerações sobre a escola normal e a formação do professor primário no Rio Grande do Norte (1839-1938). In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho Lopes (Org.). *As escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Editora Alínea, 2008.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Livro de leitura: uma morfologia. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história*. Campinas: Mercado de Letras, 2009.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, set/dez. 2004.
- BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. In: *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 36, n. 22, p. 240-242, set./dez. 2009.
- BRASIL. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834 (Ato Adicional). Faz algumas alterações e adições à Constituição política do império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. In: *Constituições brasileiras – 1824*. Brasília: Senado Federal; Ministério da Ciência e Tecnologia; Escola de Administração Fazendária, 2001. (Organizador Octaciano Nogueira, v. 1).
- BRASIL. Aviso do Ministro dos Negócios do Império Pedro Leão Vellozo. Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1882. In: *Fala com que ao Exmo. sr. dr. Francisco de Gouveia Cunha Barreto abriu em 9 de fevereiro de 1883 a sessão da Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte*. Pernambuco: Typographia de Manuel Figueiroa de Faria & Filhos, 1883.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Ontem*. (Magações e notas de um professor de província). Natal: Imprensa Universitária, 1972.
- CHARTIER, Anne-Marie. Leitura escolar: entre pedagogia e sociologia. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 0, p. 17-52, set./dez. 1995. (Tradução Andréa Daher).
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução Mary Del Priori. Brasília: Editora Universitária, 1999.
- CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. *História da Educação*, Pelotas, v. 6, n. 11, p. 5-24, abr. 2002. (Tradução Maria Helena Camara Bastos).
- CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.
- CORAÇÃO. *A República*, Natal, p. 2, 12 ago. 1890. (Tradução Manuel Dantas).
- CORRÊA, Carlos Humberto Alves. História dos livros escolares: inventário do que oficialmente circulava nas escolas primárias amazonenses (1850-1900). In: ENCONTRO DE PESQUISA

EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE, 18., 2007, Maceió. *Anais...* Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2007. 1 CD-ROM.

COSTA, Cosme Pereira da. Testamento e autos do inventário Vila do Príncipe /Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana, 1846 e 1866. In: MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

CUNHA, Artéfio Bezerra da. *Memórias de um sertanejo*. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1971.

FARIA, Juvenal Lamartine de. *Velhos costumes do meu sertão*. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1996.

FERNANDES, cônego Manuel José. *Testamento e autos do inventário*. Vila do Príncipe /Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana, 1851 e 1859 (Documentos manuscritos sob a guarda do Laboratório de Documentação Histórica do Centro de Ensino Superior do Seridó/LABORDOC – Caicó).

FIGUEIRÊDO, padre Gil Braz de [Maria Santíssima]. *Testamento e autos do inventário*. Cidade do Príncipe/Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana, 1878 e 1878. (Documentos manuscritos sob a guarda do 1º Cartório Público de Caicó).

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. A circulação do livro escolar no Brasil oitocentista. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 28., 2005, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPed, 2005. 1 CD-ROM.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Circulação e uso do livro escolar de leitura em Pernambuco no século XIX. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história*. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. Tradução Maria da Penha Villalobos e Lolio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz/Editora da Universidade de São Paulo, 1985.

HÉBRARD, Jean. As bibliotecas escolares. In: MENEZES, Maria Cristina (Org.). *Educação, memória, história: possibilidades, leituras*. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

MACEDO, Joaquim Manuel de Macedo; GARNIER, Baptiste Louis. Termos do contrato de venda e distribuição de Lições de Corographia do Brasil (1873). In: LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998.

MARIZ, Antônio Álvares. Autos do inventário. Vila do Príncipe /Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana, 1860. In: MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. *Vila do Príncipe – 1850/1890*. Sertão do Seridó – um estudo de caso da pobreza. 1985. 247 f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.

MEDEIROS FILHO, Pe. João; FARIA, Oswaldo Lamartine de. *Seridó – séc. XIX*. (fazendas & livros). 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Marques Saraiva, 2001.

NOBRE, Manoel Ferreira. *Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1971.

RIBEIRO, Hilário. Duas palavras. In: RIBEIRO, Hilário. *Cartilha nacional*. Novo primeiro livro: ensino simultâneo da leitura e escrita. 228. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1936.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei de 14 de setembro de 1833. Fica criada uma escola de primeiras letras na Vila Nova do Príncipe. In: *Coleção de leis, decretos e resoluções provinciais do Rio Grande do Norte*. Pernambuco: Pernambuco: Typographia Santos & Companhia, 1833.

RIO GRANDE DO NORTE. Resolução nº 27, de 5 de novembro de 1836. Aprovando os estatutos para as aulas de primeiras letras na Província do Rio Grande do Norte. In: *Legislação educacional da província do Rio Grande do Norte (1835-1889)*. Brasília: INEP/MEC/SBHE, 2004.

RIO GRANDE DO NORTE. *Discurso pronunciado pelo Exmo. Dr. Casimiro José de Moraes Sarmiento na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa, no dia 7 de setembro de 1845*. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1845.

RIO GRANDE DO NORTE. *Fala dirigida à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte pelo presidente Benvenuto Augusto de Magalhães Taques, no dia 3 de maio de 1849*. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1849.

RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública, Dr. José Moreira Brandão Castello Branco*. Natal: Typographia Liberal Rio Grandense, 1858.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei nº 478, de 13 de abril de 1860. Ficam criadas cadeiras de primeiras letras para o sexo feminino nas Vilas de Príncipe, Mossoró e Papari, sendo uma cadeira para cada Vila. In: *Coleção de leis, decretos e resoluções provinciais do Rio Grande do Norte*. Pernambuco: Typographia M. F. de Faria, 1860.

RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório com que o Exmo. Dr. João José de Oliveira Junqueira abriu a sessão da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte em 1860*. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1860.

RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte na sessão ordinária do ano de 1862, pelo presidente da província e comendador Pedro Leão Velloso*. Maceió: Typographia do Diario do Commercio, 1862.

RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório do Diretor Interino da Instrução Pública, Dr. Aleixo Barboza da Fonseca Tinoco*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867.

RIO GRANDE DO NORTE. *Fala com que o Exmo. Dr. Gustavo Adolfo de Sá abriu a Assembleia Legislativa provincial em sessão extraordinária no dia 17 de fevereiro de 1868*. Natal: Typographia Dois de Dezembro, 1868.

RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública, Dr. Francisco Gomes da Silva*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1874.

RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório com que o Exmo. Dr. José Bernardo Galvão Alcoforado Junior passou a administração da província do Rio Grande do Norte ao Exmo. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho, em 10 de maio de 1875*. Rio de Janeiro: Typographia Cinco de Março, 1875.

RIO GRANDE DO NORTE. *Fala com que o Exmo. Dr. José Nicolau Tolentino de Carvalho abriu a sessão Assembleia Provincial do Rio Grande do Norte, em 18 de outubro de 1877.* Pernambuco: Typographia de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1877.

RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública, Inácio Tavares da Silva.* Pernambuco: Typographia do Jornal do Recife, 1879.

RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública, Dr. Manoel Hemeterio Rapozo de Mello.* Pernambuco: Typographia de Manuel Figueiroa de Faria & Filhos, 1883.

RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública, Dr. Antonio de Amorim Garcia.* Natal: Typographia do Correio do Natal, 1886.

RIO GRANDE DO NORTE. *Fala lida à Assembléia Legislativa provincial do Rio Grande do Norte pelo Exmo. Dr. José Marcelino da Rosa e Silva, em 1º de novembro de 1888.* Natal: Typographia da Gazeta do Natal, 1889.

RIO GRANDE DO NORTE. *Relatório do Diretor-Geral da Instrução Pública, Dr. Antonio de Amorim Garcia.* Natal: Typographia da Gazeta do Natal, 1889.

RIO GRANDE DO NORTE. Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Estado do Rio Grande do Norte [que] reorganiza a instrução pública do Estado. *Decretos do governo do Estado do Rio Grande do Norte.* Natal: Typographia d'A República, 1892.

RIO GRANDE DO NORTE. Instrução pública. *A República*, Natal, p. 2, 5 ago. 1896.

SAVIANI, Dermeval. Um barão brasileiro no congresso internacional de Buenos Aires: as idéias pedagógicas de Abílio César Borges, barão de Macahubas. *História da Educação*, Pelotas, v. 4, n. 7, p. 41-58, abr. 2000.

SOARES, Magda Becker. A reflexão pluridimensional da professora Magda Becker Soares. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 24, n. 10, p. 245-251, set./dez. 2005. (Entrevista).

TAMBARA, Elomar. Trajetórias e natureza do livro didático nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil. *História da Educação*, Pelotas, v. 6, n. 11, p. 25-52, abr. 2002.

TAMBARA, Elomar. *Bosquejo de um ostentor do repertório de textos escolares utilizados no ensino primário e secundário no século XIX no Brasil.* Pelotas: Seiva Publicações, 2003.

TAMBARA, Elomar. Livros de leitura nas aulas de primeiras letras no Rio Grande do Sul no século XIX. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 31, n. 17, p. 73-103, jan./abr. 2008.

TEIXEIRA, Giselle Baptista; SCHUELER, Alessandra Frota de. Livros para a escola primária carioca no século XIX: produção, circulação e adoção de textos escolares de professores. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 20, p. 137-164, maio/ago. 2009.

XAVIER, Ana Paula da Silva. *A leitura e a escrita na cultura escolar de Mato Grosso (1837-1889).* Cuiabá: Entrelinhas/EdUFMT, 2007.